



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Gomes Carneiro nr. 01, - Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610

PRA TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇO C/CONTRATO

Processo nº 23110.025373/2024-27

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Coleta, Transporte, Tratamento (incluindo obrigatoriamente o processo de tratamento térmico por incineração) e Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS (Grupos A e E), conforme as Resoluções CONAMA 358/2005 e ANVISA 222/2018, oriundos dos *Campi* Pelotas e Capão do Leão da Universidade Federal de Pelotas nos termos da relação de itens, constante no Pedido nº 5554 (2764330), preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Existe a necessidade de aquisição por lote?

(x) Sim () Não

1.4.1. Em caso afirmativo, justificar: os Grupos A e E dos RSS foram desmembrados em dois diferentes itens pois possuem características e definições próprias e estimativas de geração específicas; no entanto, são admitidas que as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final sejam aplicadas ao conjunto dos Grupos A e E, sem distinção. Além disso, a composição por lote permitirá a economia em escala para as empresas concorrentes e a padronização do serviço a ser prestado.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 92242080000100-0-000001/2024

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

2.2.3. Id do DFD da demanda: 287/2023

2.2.4. Classe/Grupo: Serviço de eliminação de rejeitos - Grupo 942.

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: Após a consolidação do PCA, não é possível consultar os itens que compõem cada grupo de contratação no PNCP.

2.3. Justifica-se o pretendido objeto pois a contratação dos serviços especializados em coleta, transporte, tratamento e destinação final ambiental adequada dos RSS visa cumprir com os regramentos de saúde e ambientais vigentes e garantir a segurança sanitária da comunidade acadêmica no desempenho das atividades fim da instituição.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais e a melhoria de processos

4.1.1.2. Maior eficiência na utilização de recursos naturais

4.1.1.3. Baixo impacto sobre os recursos materiais utilizados

4.2. Foi exigido práticas de sustentabilidade? (x) Sim () Não

4.2.1. Justifique: para a presente contratação, considera-se a prática de sustentabilidade como referido nos itens 4.1.1.1 a 4.1.1.3, para além das já relacionadas no ETP.

4.3. Subcontratação

4.3.1. É admitida a subcontratação de até 25% objeto, nas seguintes condições:

4.3.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: coletar, transportar e submeter a processo de tratamento os resíduos coletados.

4.3.1.2. Considerando a obrigatoriedade explicitada no objeto de aplicação da técnica de tratamento térmico por incineração a 50% da produção estimada dos Resíduos de Grupo A, no caso da submissão da parcela restante dos resíduos gerados a outro processo/tecnologia de tratamento, será admitida a subcontratação de uma, e somente uma, das tecnologias de tratamento empregadas, desde que em conformidade com as aplicações técnicas e legais.

4.3.1.3. A subcontratação será invariavelmente admitida para a etapa de destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos oriundos dos processos de tratamento aplicados ao conjunto dos resíduos.

4.3.1.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m)

os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.3.1.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, a responsabilidade da Contratada permanece integral pela estrita observância contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.1.6. É obrigatório informar na proposta se haverá subcontratação e, em caso positivo, a interessada deverá apresentar documento confirmando a relação formal entre as empresas e apresentar os documentos comprobatórios correspondentes da subcontratada.

4.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. *Será exigida a garantia da contratação nos moldes do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, devendo ser apresentada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período.*

4.4.1.1. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

4.5. Vistoria

4.5.1. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, até um dia antes da data de abertura da licitação, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.*

4.5.2. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, que deverá ser agendada pelo telefone (53) 3284 3915, com o responsável pela elaboração deste Termo de Referência.*

4.5.3. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.5.4. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá atestar que conhece o local e as condições da realização do serviço ou prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.5.5. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias a contar *da emissão da ordem de serviço*.

5.1.1.2. Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são definidos pela Resolução Nº 358, de 29 de Abril de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente e pela Resolução de Diretoria Colegiada 222, de 26 de Março de 2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que classificam os RSS nos Grupos A, B, C, D e E de resíduos, dos quais são objeto deste Termo de Referência os Grupos A e E.

5.1.1.3. GRUPO A (Subgrupos A1, A2, A3, A4 e A5): resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

5.1.1.4. GRUPO E: resíduos perfurocortantes ou escarificantes.

5.1.1.5. Os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada para os RSS dos Grupos A e E deverão ser executados de acordo com os requisitos de qualidade e segurança definidos nas normas legais e técnicas aplicáveis e instruções constantes deste Termo de Referência.

5.1.1.6. Os serviços de coleta e transporte de RSS deverão ocorrer nos 23 (vinte e três) pontos de coleta das unidades geradoras da UFPel localizados nos municípios de Pelotas e Capão do Leão, conforme relação constante do Anexo I (2751493).

5.1.1.7. O perfil logístico de coleta associada por unidade geradora de resíduos consta do Anexo II (2751501) e determina as necessidades de acondicionamento por ponto de coleta, bem como a frequência de coleta por ponto que é estabelecida considerando a demanda e a sazonalidade da geração de cada unidade. Dessa forma, há a necessidade indispensável de frequência de coletas semanais, majoritariamente, e quinzenais ou eventuais, a depender do ponto de coleta. Serão estabelecidos até no máximo 02 (dois) dias de coleta fixos na semana para a realização dos serviços, um em cada município.

5.1.1.8. O perfil logístico de coleta associada poderá sofrer alterações ao longo do tempo mediante necessidades dentro dos limites contratuais estabelecidos, devendo ser comunicado previamente para providências.

5.1.1.9. Fornecimento de bombonas em regime de comodato para o acondicionamento temporário dos resíduos de serviços de saúde: deve ter a capacidade de atender as necessidades apontadas pelo perfil logístico de coleta associada, previsto no Anexo II. O material para acondicionamento deverá estar em bom estado de conservação e de acordo com as Normas Regulamentadoras aplicáveis.

5.2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2.1. A estimativa de geração de RSS para o período de 24 meses é de: Grupo A, 108.000kg (cento e oito mil quilogramas) e, para o Grupo E, de 1000 kg (mil quilogramas).

5.2.2. Cerca de 50% da produção estimada de resíduos do Grupo A para o período de 24 meses provém do manejo realizado na Faculdade Veterinária e no Hospital Veterinário, caracterizado pelo descarte de cadáveres de animais de médio e grande porte, para os quais objetiva-se a aplicação do processo de tratamento térmico por incineração. Portanto, aproximadamente 54.000kg (cinquenta e quatro mil quilogramas) de Resíduos do Grupo A obrigatoriamente

deve ter este encaminhamento.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados nos endereços das unidades relacionadas no Anexo I.

5.3.2. Os serviços serão prestados no turno da manhã, entre às 8h e 12h; Excepcionalmente, quando for o caso, a prestação dos serviços deverá ocorrer no turno da tarde, entre às 13:30h e 17:30h.

5.3.3. Feriados: quando houver a incidência de feriados no(s) dia(s) da semana pré-definidos, as coletas deverão ocorrer no(s) dia(s) útil(eis) imediato(s) aos respectivos feriados, na mesma semana, em ambos *campi*. A CONTRATANTE deverá redefinir o cronograma e informar a CONTRATADA em até uma semana de antecedência.

5.3.4. Expedientes reduzidos: nos períodos que compreendem as férias acadêmicas, a Universidade normalmente opera em regime de turno reduzido de trabalho, das 8h às 14h, salvo as unidades que prestam serviços essenciais. Para os períodos de turno reduzido, a CONTRATADA deverá prestar os serviços durante este, o qual será determinado por Portaria do Reitor.

5.4. Rotinas a serem cumpridas

5.4.1. A execução das etapas de coleta e transporte dos resíduos deverá ser acompanhada de documentação comprobatória, como o Termo de Controle para Coleta de Resíduos e o Manifesto de Transporte de Resíduos.

5.4.2. O Termo de Controle para Coleta de Resíduos deverá ser emitido pela CONTRATADA para cada ponto de coleta estabelecido no Anexo II em um documento que registre a data de coleta, o quantitativo de bombonas alocadas no ponto de coleta e os respectivos grupos de resíduos gerados, portando o documento em duas vias a cada coleta realizada. O emprego de tecnologias para o aperfeiçoamento do processo de registro de coleta deve ser observado e proposto para qualificação desta etapa, marcando, dentro do possível, a transição do registro manual para o digital, desde que observados os requisitos mínimos estabelecidos.

5.4.3. Os serviços de coleta e transporte dos resíduos serão obrigatoriamente registrados em Manifesto De Transporte De Resíduos (MTR), documento numerado, gerado e impresso por meio do Sistema MTR Online da FEPAM, para o controle da expedição, transporte e recebimento na unidade de destinação de resíduos, cuja emissão é de responsabilidade do gerador, leia-se CONTRATANTE. Este deverá emitir um MTR para cada grupo de resíduos coletados, por carga transportada, emitindo com antecedência mínima de 24 horas à CONTRATADA.

5.4.4. Obrigatoriamente, uma via impressa do documento MTR deverá acompanhar o transporte dos resíduos, sendo que o gerador é responsável e o transportador é corresponsável pelo cumprimento da obrigação estabelecida, conforme artigo 7º da Portaria FEPAM Nº 087/2018. Caberá à CONTRATADA efetuar a retirada dos respectivos MTRs junto à CONTRATANTE, para cada carga transportada.

5.4.5. As demais obrigações inerentes à utilização do Sistema MTR Online serão regidas nos termos dos procedimentos estabelecidos pela Portaria FEPAM Nº 087/2018 e suas alterações.

5.4.6. É responsabilidade da CONTRATANTE zelar pelas condições legais estabelecidas associadas ao acondicionamento dos resíduos, tais como limites

de peso por unidade de bombona e de acondicionamento nos materiais apropriados para cada grupo de resíduo gerado.

5.4.7. Da aferição do objeto: para fins de aferição dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar, durante as etapas de coleta e transporte externos, a pesagem de cada bombona nos pontos de coleta, por grupo de resíduo gerado, através de balança própria.

5.4.8. O serviço de transporte de resíduos dos serviços de saúde deverá ser realizado em veículo apropriado, com Licença Ambiental de Operação da frota envolvida nas atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, com origem nas unidades geradoras até as dependências das unidades de processamento e, posteriormente, de destinação final, de forma que atenda aos requisitos de proteção ao meio ambiente, à saúde pública e aos padrões desejáveis de segurança, conforme a legislação ambiental vigente, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o serviço prestado.

5.4.9. Para a execução dos serviços de coleta e transporte dos resíduos perigosos exige-se: um (01) veículo licenciado para o transporte de resíduos perigosos (Classe I) e infectantes (RSS, Grupos A e E), capaz de atender ao perfil de geração e logística de coleta associada estabelecida no Anexo II; um (01) motorista e um (01) auxiliar para a etapa operacional de coleta e transporte de resíduos; os funcionários da CONTRATADA deverão estar uniformizados e identificados, bem como utilizando os EPI's.

5.4.10. Da Segurança dos Trabalhadores: a CONTRATADA deverá cumprir com as normas vigentes de segurança do trabalho de seus colaboradores, sejam os envolvidos nas etapas de coleta e transporte de resíduos ou aqueles que operam no tratamento e destinação final ambientalmente adequada.

5.4.11. Motoristas: os motoristas da CONTRATADA responsáveis pelo transporte dos resíduos perigosos deverão estar capacitados com o Curso de Transporte de Resíduos Perigosos (cargas perigosas). A CONTRATANTE poderá solicitar documento comprobatório de capacitação à CONTRATADA a qualquer tempo, especialmente quando houver troca ou remanejo de motorista para a rota pertinente à UFPel.

5.4.12. Auxiliares: os funcionários da CONTRATADA responsáveis pela coleta dos resíduos perigosos deverão ser treinados para a função de manejo de Resíduos Classe I. A CONTRATANTE poderá solicitar documento comprobatório de capacitação à CONTRATADA a qualquer tempo, especialmente quando houver troca ou remanejo de funcionário para as coletas nas unidades da UFPel.

5.4.13. É obrigação da CONTRATADA fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) a seus funcionários, que devem utilizá-los durante todas etapas de gerenciamento dos resíduos perigosos.

5.4.14. O cumprimento total do item das questões de Segurança do Trabalho deve observar como referência a Lei Federal Nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, relativa à Segurança e Saúde do Trabalho no Brasil e demais Normas Regulamentadoras (NR) aplicáveis.

5.4.15. Da etapa do Tratamento dos Resíduos: consiste na aplicação de processo que modifique as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de dano ao meio ambiente ou à saúde pública; serão admitidas as formas de tratamento para os RSS em acordo com a tipologia dos respectivos Grupos (A e E) e subgrupos (A1, A2, A3, A4 e A5)

gerados, em conformidade com as Resoluções CONAMA 358/2005 e ANVISA 222/2018.

5.4.16. A CONTRATADA deverá empregar, para cada grupo de resíduo constante do objeto, tecnologia de tratamento compatível com as características dos resíduos coletados, comprovando a eficiência dos processos e mantendo as condições estabelecidas pela Licença Ambiental de Operação emitida por órgão ambiental competente.

5.4.17. A CONTRATADA deverá ter condições de encaminhar ao menos a metade (50%) da produção estimada de Resíduos do Grupo A obrigatoriamente para o processo de tratamento térmico por incineração, considerando suas particularidades (animais de médio e grande porte).

5.4.18. Considerando a obrigatoriedade da aplicação da técnica de tratamento térmico por incineração explicitada no objeto, será admitido o emprego de mais de um processo/técnica de tratamento à outra parcela dos Grupos A e E de resíduos produzidos, desde que comprovada a eficiência do processo/técnica e mantendo as condições estabelecidas pela Licença Ambiental de Operação emitida por órgão ambiental competente. Neste caso, será admitida a subcontratação de somente um dos processos de tratamento empregados.

5.4.19. Da etapa da Destinação Final Ambientalmente Adequada: é o processo de destinação dos rejeitos originados das etapas de tratamento dos resíduos que, entre outras, inclui a disposição final ambientalmente adequada, processo de distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

5.4.20. A Unidade de Destinação é o empreendimento devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente que compreende as instalações e os processos para triagem, tratamento, processamento ou disposição final dos rejeitos. Será admitida a subcontratação integral desta etapa do processo de gerenciamento dos resíduos desde que comprovadas as condições estabelecidas pela Licença Ambiental de Operação do empreendimento responsável pela etapa.

5.4.21. O Destinador Final é a pessoa jurídica responsável pela execução da tecnologia de destinação final ambientalmente adequada, devendo obrigatoriamente atestar a efetiva destinação dos resíduos recebidos, por meio de documento gerado no Sistema MTR Online, o Certificado de Destinação Final (CDF), sendo o responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes.

5.4.22. Todas as obrigatoriedades inerentes à utilização do Sistema MTR Online serão regidas nos termos dos procedimentos estabelecidos pela Portaria FEPAM Nº 087/2018 e suas alterações, devendo ser observadas por gerador, transportador e destinador final envolvidos no processo.

5.4.23. A CONTRATADA deverá permitir de imediato visitas não programadas de fiscalização, por parte da CONTRATANTE, à sua unidade e demais unidades operacionais relacionadas ao serviço objeto do presente processo. Esta cláusula também se aplica em caso de subcontratação.

5.5. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.5.1. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).*

5.6. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6.1. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. **Fiscalização**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. **Fiscalização Técnica**

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em

tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. Fiscalização Administrativa

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. Gestor do Contrato

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do

contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Do recebimento

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.2.2.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.2.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.2.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.2.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a

responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. **Liquidação**

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.3.3.1. o prazo de validade;
- 7.3.3.2. a data da emissão;
- 7.3.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.3.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.3.3.5. o valor a pagar; e
- 7.3.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo

correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. **Prazo de pagamento**

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.5. **Forma de pagamento**

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. **Cessão de crédito**

7.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.6.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.6.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.6.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. Habilitação jurídica

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18](#)

[de março de 2020;](#)

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;](#)

i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;](#)

j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.5. Qualificação Econômico-Financeira

8.5.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.5.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.5.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou item pertinente.

8.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.5.7. **Justifica-se a exigência de qualificação econômico-financeira com o intuito de garantir a eficácia e a segurança desta contratação, objetivando comprovar que a empresa a ser contratada tenha recursos suficientes para executar o objeto pretendido e assim cumprir com as**

obrigações assumidas decorrentes da execução contratual, além de garantir que todas as empresas que participarem do processo licitatório tenham condições financeiras mínimas semelhantes para cumprir com as obrigações do contrato.

8.6. Qualificação Técnica

8.6.1. Registro da pessoa jurídica e do responsável técnico, devidamente acervado junto ao Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ) e em plena validade, comprovando que a empresa e o profissional técnico responsável estão habilitados para a execução dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final Ambientalmente Adequada de Resíduos de Serviços de Saúde.

8.6.2. Comprovação de vínculo entre o profissional habilitado e a empresa licitada.

8.6.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo CRQ e/ou CREA

8.6.4. Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) e de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF /AIDA) em acordo com a(s) atividade(s) para a(s) qual(is) é licenciada.

8.6.5. Licença Ambiental de Operação vigente relativa à atividade de transporte rodoviário intermunicipal (FEPAM) e/ou interestadual (IBAMA) dos resíduos perigosos.

8.6.6. Licença Ambiental de Operação vigente referente à (às) tecnologia (s) de Tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (Grupos A e E) empregada (s), emitida por órgão ambiental competente do SISNAMA, incluindo obrigatoriamente o processo de tratamento térmico por incineração.

8.6.7. Licença Ambiental de Operação referente à tecnologia empregada na Destinação Final Ambientalmente Adequada de Resíduos de Serviços de Saúde (Grupos A e E), emitida por órgão ambiental competente do SISNAMA.

8.6.8. Em caso de subcontratação das etapas de Tratamento (parcial) e/ou Destinação Final Ambientalmente Adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde, a CONTRATADA deverá apresentar a Licença Ambiental de Operação da responsável pelas respectivas atividades subcontratadas, comprovando seus vínculos.

8.6.9. Autorização estadual para recebimento de resíduos de fora do RS, em quantidade compatível com as elencadas neste termo de referência, quando for o caso;

8.6.10. ***Justifica-se a exigência de qualificação técnica em decorrência do aparato normativo e legal vigente sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde bem como em função das melhores práticas no âmbito do objeto deste Termo de Referência.***

8.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da

sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.7.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 457.800,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

9.2. O valor estimado foi obtido com base em pelo menos três orçamentos, em conformidade Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/2021?

☒ (x) Sim ☐ () Não

9.2.1. Em caso negativo, justificar :

9.3. Caso o preço, de todos os itens ou de algum deles, tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, deverá ser certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados, conforme preconiza o art. 6º, §6º, da IN SEGES nº 65/2021. Para comprovar esta verificação foi anexada a tela inicial da busca no painel de preços que indica o valor mediano, antes de fazer a escolha das atas?

☐ () Sim ☒ (x) Não

9.3.1. Em caso negativo, justificar : foi necessário realizar a busca direta com fornecedores, uma vez que a pesquisa no portal de compras do governo mostrou-se insuficiente dentro do período dos últimos 12 meses, ainda que tenha se ampliado a busca para três Códigos Siasg diferentes, sendo o mais usual o 19380 - Coleta/Tratamento Lixo Hospitalar. Dentre as atas consultadas, nenhum dos objetos tinha proximidade com o objeto em questão, uma vez que as instituições também realizam a contratação de soluções especializadas para diversos tipos de resíduos, não sendo possível a equiparação com os resíduos de serviços de saúde na pesquisa realizada. O documento 2746863 ilustra o presente relato.

9.4. Foram utilizados **apenas** os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do art. 5º, da Instrução Normativa nº065/2021/SEGES (I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais

de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 9 (nove) meses anteriores à data da pesquisa de preços (a alteração no prazo indicado na IN justifica-se pela necessidade de tempo hábil para tramitar internamente o processo e as atas estarem válidas até a publicação do certame no site do comprasgovernamental), inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente)?

() Sim (x) Não

9.4.1. Em caso negativo, justificar : foi necessário realizar a busca direta com fornecedores, uma vez que a pesquisa no portal de compras do governo mostrou-se insuficiente dentro do período dos últimos 12 meses, ainda que tenha se ampliado a busca para três Códigos Siasg diferentes, sendo o mais usual o 19380 - Coleta/Tratamento Lixo Hospitalar. Dentre as atas consultadas, nenhum dos objetos tinha proximidade com o objeto em questão, uma vez que as instituições também realizam a contratação de soluções especializadas para diversos tipos de resíduos, não sendo possível a equiparação com os resíduos de serviços de saúde na pesquisa realizada. O documento 2746863 ilustra o presente relato.

9.5. Teve alguma pesquisa de preço realizada diretamente com fornecedor?

(x) Sim () Não

Em caso afirmativo responder as questões que seguem:

9.5.1. O prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? (Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/2021)

(x) Sim () Não

9.5.2. Em caso negativo, justificar :

9.6. Consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?

(x) Sim () Não

9.7. O documento 2749546 ilustra a consulta direta com os fornecedores.

9.7.1. Em caso negativo, justifique

9.8. Qual a justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021:

A experiência pregressa pela condução dos últimos dois processos licitatórios de objeto semelhante proporcionou o conhecimento do mercado local e regional e daí o contato já estabelecido com fornecedores parceiros. Realizou-se também a busca por novos fornecedores a partir da própria pesquisa junto ao portal de compras do governo nos pregões consultados e a busca por novos empreendimentos no mercado através de portal de busca na internet, chegando a fornecedores até então nunca consultados. Além disso, o contato com outras instituições próximas que realizam contratação semelhante foi realizado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

10.2.1. UGR: 154059;

10.2.2. Esfera Orçamentária: 1 - Orçamento Fiscal;

- 10.2.3. Fonte de Recursos: 1000000000 Recursos Livres da União;
- 10.2.4. Programa de Trabalho: 230927 - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior;
- 10.2.5. Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- 10.2.6. Plano Interno: MADMSQ0100N - Gestão das Unidades Administrativas - Custeio.

10.3. A dotação orçamentária relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada na Nota de Empenho.

11. **ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM CONFORMIDADE COM O ART.48 DA LEI 14.133/2021**

11.1. Declaramos que os serviços que serão atendidos por esta demanda se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da Instituição, em conformidade com o art.48 da Lei 14.133/2021.

12. **CERTIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

12.1. Certifico que foram atendidas as regras e os procedimentos previstos na IN da SEGES/ME nº081/2022, de 25 de novembro de 2022.

12.2. Certifico que foi utilizado o modelo de minuta padrão da Advocacia-Geral da União para o termo de referência , e que as as alterações necessárias nas redações consideradas invariáveis de acordo com a minuta foram justificadas conforme segue:

Cor do texto	Indicação
preto	Texto modelo original da AGU
grifado em amarelo	Modificações feitas pela Unidade e/ou pela CMP/PRA
grifado em verde	Texto incluído pela Unidade
grifado em azul	Texto incluído pela CMP (em relação ao modelo original da AGU)

I - **Id do item no PCA:** após a consolidação das demandas para a formação do PCA a Unidade Demandante não consegue localizar o seu item individual. A UFPel trabalha com as demandas das Unidades de forma descentralizada o que inviabiliza a indicação da identificação do item no PCA, desta forma a Unidade Demandante está indicando o número do DFD correspondente a sua demanda.

II - [...]

Indicação do Modelo da AGU utilizado nesta contratação:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: dezembro/2023

Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico



Documento assinado eletronicamente por **FRANCO GOULART KNUTH, Técnico em Saneamento**, em 03/10/2024, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2770159** e o código CRC **1EE5114F**.

Referência: Processo nº 23110.025373/2024-27

SEI nº 2770159